

SESSÕES DO PLENÁRIO

22ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2 de abril de 2024.

**PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Alan Sanches, Alex da Piatã, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosenberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim e Zé Raimundo Fontes. (55)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 19ª e 20ª, realizadas, respectivamente, em 26 e 27 de março de 2024; e a ata da 7ª sessão especial, realizada em 22 de março de 2024.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Pequeno Expediente. (Oradores inscritos)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado José de Arimateia pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, os que nos assistem através da *TV ALBA*, imprensa aqui presente. Venho a esta tribuna, Sr.

Presidente, para fazer um registro, porque hoje, dia 2 de abril, é (lê) “o Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo, uma data que nos convida a abrir nossos corações e mentes para a compreensão e a aceitação das pessoas com transtorno do espectro autista (TEA). O autismo não é uma barreira, mas uma janela para um universo único onde cada pessoa tem o seu próprio modo de interagir com o mundo.

O autismo é uma condição neurológica complexa que afeta a maneira como a pessoa percebe o mundo e interage com os outros. Cada pessoa autista, Sr. Presidente, é única com seus próprios pontos fortes e desafios. Algumas podem precisar de mais apoio em suas atividades diárias, enquanto outras podem viver de forma independente.

E é importante entender, Srs. Deputados, que o autismo não é uma doença ou algo que precisa ser ‘curado’, faz parte da essência do indivíduo. As terapias e apoio são ferramentas para ajudar as pessoas com autismo a se comunicarem e interagirem de maneira que seja significativa para elas, respeitando sempre suas características individuais.

E quando falamos em autismo, precisamos entender que o capacitismo é uma forma de discriminação que muitas vezes passa despercebida, mas que tem um impacto profundo na vida das pessoas com deficiência. É um obstáculo que, muitas vezes, impede indivíduos autistas de viverem plenamente. Nesse contexto, o capacitismo pode se manifestar quando presumimos que as pessoas autistas são incapazes de aprender, trabalhar ou contribuir para a sociedade. Isso pode levar à exclusão social, à falta de oportunidades de emprego e à marginalização. É nosso dever, Srs. Deputados, lutar contra essa visão limitada e promover uma sociedade que valorize todas as habilidades.

Como vice-presidente da Comissão de Saúde desta Casa, estou comprometido com projetos que garantam a inclusão e o respeito às pessoas com TEA na Bahia. Entre eles, destaco: a regulamentação para a implantação da carteira de identificação da pessoa com TEA, que facilitará o reconhecimento e o acesso a serviços específicos; a criação de vagas exclusivas de estacionamento em órgãos públicos para pessoas com TEA ou seus acompanhantes, garantindo acessibilidade e conveniência; o prazo indeterminado de validade do laudo médico que atesta o TEA, evitando burocracias desnecessárias para as famílias; o programa estadual Censo de Inclusão para mapear as necessidades e promover políticas públicas eficazes;...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) e a criação de espaços adaptados nos estádios de futebol e outros ambientes, para que todos possam desfrutar de eventos culturais e esportivos.

Cada passo que damos em direção à inclusão é um passo em direção a um mundo mais justo e amoroso. Que a nossa jornada seja marcada pela empatia e pelo compromisso com o bem-estar de todos.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

‘Não é nossa condição que define quem somos, mas a forma como enfrentamos a vida, com coragem e determinação.’”

Parabéns a todos os autistas do estado da Bahia e do Brasil. Que Deus os abençoe!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Parabéns, nobre deputado José de Arimateia, pelo belíssimo pronunciamento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Vitor Bonfim, para utilizar o tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): Não utilizarei o tempo, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ele abdica.

Seguindo a ordem, em permuta, o deputado Júnior Nascimento.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Sr. Presidente, demais companheiros, colegas deputados, dizer da alegria por, mais uma vez, estar nesta tribuna, que é onde temos a oportunidade de sermos o porta-voz da população.

Eu faço uso da palavra neste dia de hoje exclusivamente para tratar a respeito do – aproveitando até o ensejo da fala do colega Arimateia – dia 2 de abril, o Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo. A gente tem que continuar e buscar trazer políticas inclusivas e sociais.

É necessário, deputado Robinho, que o governo do estado, o governo federal, os governos municipais, de uma maneira geral, abracem essa causa, não só a do autismo, mas a política inclusiva. Nós precisamos ter políticas públicas voltadas à inclusão social em que as pessoas, por exemplo, com o TEA, que é o Transtorno do Espectro Autista, tenham mais oportunidades, não só os próprios portadores como também os seus familiares.

Deputado Marcelinho, existem situações em que os familiares, às vezes, não aceitam o diagnóstico do TEA em seu filho, em seu sobrinho, em seu parente e acaba até por criar algum tipo de preconceito, não só da sociedade, mas dentro de casa. Aí é que é preciso o investimento dos poderes constituídos, do poder público, para que se tenha um acompanhamento psicológico, para que haja toda uma estrutura voltada para o acompanhamento dessas pessoas.

Então, nesse dia de conscientização, eu conclamo os parlamentares, o governo do estado, o governo federal e as prefeituras municipais, volto a frisar, para que a gente possa abraçar essa causa.

Nós temos uma frente aqui, o deputado Hassan também a compõe, e a deputada Fabíola Mansur, em defesa dos autistas. E nós continuaremos trabalhando, nos empenhando. E o que me deixa mais feliz é saber que vários parlamentares desta Casa abraçam essa causa.

Hoje eu gravava um vídeo e dizia que a gente deveria vestir o azul, mas não somente nas nossas roupas, mas na nossa consciência, buscar estar emanado, trabalhando em prol de uma política pública inclusiva.

Agradecer aqui, deputado Robinho, pela recepção que V. Ex.^a nos deu ontem em Mucuri, em Nova Viçosa. Muito obrigado. Cidade bastante acolhedora com uma

gestão de eficiência, de qualidade de Luciana, a sua esposa. Foi um prazer conhecer e espero voltar mais vezes porque é uma cidade bastante aconchegante e acolhedora.

Que Deus possa nos abençoar, nos livrar sempre dos males e que fique essa reflexão: o dia 2 de abril, o Dia Mundial da Consciência sobre o Autismo não pode ficar somente nesta data, tem de sair da parte teórica e ir para a prática.

Meu muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a ordem de inscrições, convido o deputado Tiago Correia. (Silêncio) Não se encontra.

O deputado Alan Sanches. (Silêncio) O deputado Júnior já falou, em permuta. Seguindo, o deputado Zé Raimundo. Eu abduco, neste momento, e convido o deputado Marquinho Viana para falar, pelo tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr. Presidente, nobres colegas deputados, hoje venho a esta tribuna para dar uma notícia boa para a nossa região de Barra da Estiva. Informar que, através do governo do estado e da nossa emenda parlamentar para o hospital do município, hoje o Hospital Susy Zanfretta, que tem 75 leitos, assinamos diversos convênios para a melhoria do atendimento à população, não só do município de Barra da Estiva, mas dos municípios vizinhos. De início, atendia a nove municípios; hoje, com as cirurgias gerais eletivas, atende a mais de 20 municípios na região, com a parte de ortopedia, cirurgias gerais, vesícula, cálculo renal, próstata, varizes.

De maneira que o governo do estado, em parceria com o Hospital Susy Zanfretta, vem desenvolvendo um trabalho de melhoria da saúde não só daquele município, mas de toda a região.

Eu queria frisar aqui, nobre presidente, nobres deputados, que até 2 anos atrás o hospital de Barra da Estiva pedia doações de comida para manter a refeição dos pacientes. E, hoje, graças à nossa interferência e a do governo do estado, o hospital vem desenvolvendo um trabalho que atende às pessoas, as quais não precisam mais pegar filas e nem viajar para municípios maiores, como Feira de Santana e Salvador, para realizarem as cirurgias de vesícula com videolaparoscopia, cirurgias de histerectomia, cirurgias de hérnia, como eu falei, cirurgias ortopédicas, cirurgias de cálculo renal e, também, cirurgias de próstata. É claro que são as cirurgias em que se faz a biópsia e não há câncer, cirurgias corretivas.

Então, eu queria, mais uma vez, parabenizar a diretoria do hospital e o governo do estado pela sensibilidade e por ter acreditado no hospital e atendido ao nosso pedido, através da nossa emenda parlamentar.

Eu queria, nobre presidente, V. Ex.^a que milita muito em Vitória da Conquista, que é, indiscutivelmente, um dos parlamentares mais atuantes daquela região, dizer que até diminui um pouco o fluxo no município de Conquista com essas pequenas e médias cirurgias realizadas em Barra da Estiva. Porque eu sei que o hospital de base

de Vitória Conquista a todo momento faz uma ampliação, mas parece que a cada vez que amplia tem ainda mais pacientes para serem atendidos no município.

Então, eu queria deixar, aqui, registrado nos Anais desta Casa que, hoje, a minha cidade, Barra da Estiva, é uma cidade em crescimento, com quase 30 mil habitantes, forte no comércio, forte na agricultura, especialmente no café e no morango, na qual as pessoas produzem e o dinheiro circula dentro do município.

Então, nobre presidente, era isso que eu queria registrar nesta Casa, que, hoje, o hospital, realmente, funciona com uma qualidade excepcional.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra à nobre deputada Olívia Santana, pelo tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, jornalistas, servidores e servidoras desta Casa, venho a esta tribuna por duas razões: a primeira é para parabenizar a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado da Bahia, que fez um brilhante processo de democratização do debate sobre ciência, tecnologia e inovação, realizando 11 macroconferências, envolvendo toda a Bahia no debate sobre a importância da democratização da ciência, tecnologia e inovação, rumo à conferência nacional, que acontece em junho, em Brasília.

Quero pedir a participação das nossas colegas, dos nossos colegas na conferência estadual, que acontece no dia 4, no Fiesta, com a presença do governador Jerônimo Rodrigues, sob a liderança do secretário André Joazeiro. Portanto, é muito importante envolver a Assembleia Legislativa, todos os parlamentares na conferência estadual, às 18 horas, no Hotel Fiesta, no dia 4.

Eu também quero, aqui, Sr. Presidente, agradecer à Unfpa, agência das Nações Unidas, que me convidou para compor uma delegação parlamentar que vai participar da 8ª Conferência Parlamentar de Implementação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, que vai-se realizar no período de 10 a 12 de abril, portanto, na próxima semana, na cidade de Oslo, na Noruega.

Em seguida, participarei também, em Genebra, da conferência que vai tratar da situação das mulheres negras e da luta pela igualdade. Esse segundo evento, que acontece no dia 15, em Genebra, vai discutir estratégias de enfrentamento ao racismo, à miséria, à pobreza, às desigualdades sociais. Portanto, há todo esse apelo de participação da América Latina, do Brasil, que é um país de dimensões continentais que, felizmente, hoje, é liderado pelo presidente Lula.

A nossa delegação será composta por mim, pela deputada Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores, e pela deputada Duda Salabert, do PDT.

A ONU está investindo na participação de mulheres, considerando também a presença da diversidade, pessoas negras, mulheres negras, mulheres de diferentes orientações sexuais, para participar dessa conferência de populações sobre a implementação do Documento do Cairo e do Documento de Montevideú. São documentos fundamentais para o avanço de políticas em todo o mundo nas áreas da promoção da igualdade de gênero, da autonomia das mulheres, do respeito aos

direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, do combate aos casamentos infantis, do combate à excisão, que é feita em determinados países, inclusive alguns países africanos, que persistem nessa prática.

Nós entendemos que todas as práticas culturais que violentam os órgãos sexuais das mulheres são machistas, misóginas que precisam ser superadas. Portanto, esse fórum parlamentar é uma oportunidade de reunir pessoas com expertise para colaborar, contribuir com o avanço...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da política de valorização das mulheres, de garantia da autonomia dos direitos sexuais e reprodutivos de todas as mulheres em todo o globo terrestre, em todo o mundo.

Então, eu quero agradecer às Nações Unidas pela confiança, pela surpresa do meu nome ter sido lembrado, de ter sido convidada.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E informo a este Plenário que nas próximas duas semanas, infelizmente, eu não poderei estar aqui – mas estarei na segunda – por estar participando desses que são eventos muito importantes para o avanço da nossa agenda da igualdade de gênero e raça, Sr. Presidente.

Muito obrigada por sua tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Parabéns, deputada Olívia Santana. Temos a certeza de que esses conclaves serão extremamente enriquecidos com a vossa presença.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre deputado Bobô, seguindo a ordem de inscrições.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo, concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Vai ser a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para dar seguimento, concedo a palavra à deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Obrigada, deputado.

A gente está muito feliz com a nossa acachapante performance nesse fim de semana, esperando repeti-la no próximo domingo.

Sr. Presidente, eu vejo que, com razão, muitas críticas foram feitas nesta Casa ao inominável presidente que cortou verba para o tratamento do câncer. Inominável porque toda pessoa que coloca a politicagem em desfavor do interesse público, sobretudo no tratamento de câncer, não há o que se dizer, senão que é um desumano, deputado Marcelino Galo.

Deputado Vitor Bonfim, isso está acontecendo no município de Caetité. Lá, temos a primeira Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon), cuja demanda foi feita ao então governador Rui Costa por nosso mandato, pelo mandato do Vitor Bonfim, por todos os nossos então prefeitos Zé Barreira e Aldo. Em 2020, a Fundação Gonçalves e Sampaio, uma fundação que tem os trabalhos prestados reconhecidos, foi escolhida para assumir a Unacon e assim assinou um contrato com a Sesab com validade até 5 de abril deste ano.

O prédio foi cedido através de uma lei pela Câmara Municipal de Caetité para o funcionamento dessa Unacon, que não serve apenas a Caetité, mas também a todos os quase 40 municípios da região, tendo prestado um bom serviço.

Ocorre que o atual gestor, prefeito Valtécio, ao invés de ser uma pessoa que cuida da saúde, quer dominar a fundação, deputado Rosenberg. Nós queremos o interesse público! Queremos uma fundação que trata de câncer, cujos serviços são reconhecidos pela secretária Roberta. Nós já estivemos lá e nada há que a desabone, muito pelo contrário.

A fundação teve a cessão onerosa de um prédio por duas leis, uma lei que lhe deu 5 anos para fazer essa prestação de serviço e outra que foi encaminhada pelo próprio prefeito Valtécio dando mais 5 anos, totalizando 10 anos. No entanto, parece que o prefeito está preocupado com a eleição porque, ao invés de pensar no tratamento de câncer, ele está pensando em perseguição política a uma fundação que presta bons serviços no tratamento de câncer a toda uma região.

Ele, de forma autoritária, publicou um decreto revogando essa cessão do imóvel, tentando inviabilizar os trabalhos da Fundação Gonçalves e Sampaio, deputado Rosenberg.

Aqui não está uma deputada que é membro da Comissão de Saúde interessada em defender unidade “a” ou fundação “b”. Aqui está uma deputada que entende da matéria e entende que, sem uma transição, sem um plano de contingência, não há como derrubar uma fundação por pura politicagem! O prefeito faz um desserviço, não apenas ao município de Caetité, mas também a todos os munícipes da região, tirando uma fundação e colocando no dia seguinte uma outra que ele traz debaixo do braço para dizer: “É esta aqui, porque a outra não presta.”

Nem vou fazer aqui as acusações que temos ouvido sobre os porquês de ele querer tirar a fundação. A verdade, deputado Marcio, é que, na política, tudo tem limite. V. Ex.^a, como deputado da Oposição e base, sabe quantas vezes defendemos aqui a saúde pelo bem da população baiana. Jamais podemos tirar uma unidade de alta complexidade por estímulos eleitorais...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da forma que está sendo feito.

Quero dizer, deputado Vitor Bonfim, deputado Rosenberg, que nós iremos até as últimas consequências. A secretária Roberta já atestou a boa prática e entende que isso é uma coisa que precisa se resolver também na Justiça, através da procuradoria. Mas eu quero lamentar aqui a posição de um prefeito que, numa época eleitoral, com fins apenas eleitoreiros...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) se iguala ao inominável presidente que interferiu diminuindo verbas para tratamento de câncer.

Não a essa retirada autoritária da fundação que lá está prestando bons serviços na Unacon! Não a uma retirada, sem respeitar profissionais de saúde e todos os equipamentos que foram lá instalados! Não à politicagem na saúde que, sempre que houver, eu estarei aqui repudiando veementemente. É preciso que o povo de Caetité saiba o que está sendo feito e os porquês dessas atitudes estarem sendo feitas.

Então nós queremos ir às últimas consequências e levaremos à Comissão de Saúde desta Casa uma moção de repúdio ao prefeito que não tem nenhuma razão...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua...

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: (...) a não ser eleitoreira, para retirada da fundação. Que se retire com dados...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir...

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: (...) com argumentos, presidente. Que se dê a oportunidade de se fazer uma transição, um plano de contingência calmo, como é proposto pela secretária Roberta, que tem tido...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: (...) uma atitude ilibada, técnica, do interesse público, assim como nós.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Samuel Junior pelo tempo de 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente, meu companheiro, meu amigo, professor Zé Raimundo, os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas, Deus abençoe todos vocês e todos que nos assistem.

Antes de falar sobre um assunto que julgo ser muito importante, quero parabenizar também os que militam na causa do autismo, em especial, hoje, no dia 2 de abril.

Sr. Presidente, em especial, o que me faz subir à tribuna no dia de hoje é que, na última sexta-feira, uma página oficial do MTST fez uma publicação do Jesus Cristo crucificado, meu caro deputado Galo, com a seguinte frase: "*Bandido bom é bandido morto*".

Eu sei que essa página é liderada pelo Boulos, que é ligado ao movimento da esquerda. Ele é uma das principais lideranças da esquerda e ele entende muito bem de bandido. Ele sabe o que é ser bandido. Agora, Boulos, eu vou lhe contar o que inclusive a Bíblia nos narra sobre aquele momento da crucificação, meu caro deputado Leandro.

A Bíblia diz que Jesus Cristo foi dado por Deus para morrer para que todos nós tenhamos vida e vida em abundância. Naquele mesmo ato, foram crucificados

dois bandidos, um estava à direita de Jesus e o outro bandido à esquerda, meu caro deputado Alan.

Meu caro professor Zé Raimundo, segundo os estudiosos, o bandido da esquerda disse assim: “Se tu és o Cristo, salva a ti e a nós também.” Deputado Leandro, já o bandido da direita reconheceu que errou e disse assim: “Você sabe, meu caro amigo, que nós pagamos e estamos pagando pelo erro que nós cometemos, porque nós subtraímos aquilo que não era nosso, mas esse homem que está no meio, nem um mal fez. Nenhuma condenação há para esse homem.” Ele pediu perdão a Jesus Cristo. A Bíblia diz que Cristo disse para ele: “Fique tranquilo, seus pecados estão perdoados, hoje mesmo estarás comigo no paraíso.”

Agora perceba que o bandido da esquerda mede as pessoas pela mesma régua ou pela mesma simetria com que ele se mede, porque ele faz um comparativo dizendo: “Se tu és o Cristo...”

Perceba que o meu caro Boulos fez uma postagem em plena Sexta-Feira da Paixão, na Sexta-Feira Santa, como é conhecida pelos católicos, período em que as pessoas estão, quem sabe, num trabalho de purificação depois de terem pulado o Carnaval depois de, talvez, terem pecado no Carnaval. É a chamada quarentena. Os católicos estão reverenciando o Cristo na Sexta-Feira da Paixão e nós que somos evangélicos também estamos. Temos total respeito pelo Cristo que morreu na cruz para que a gente tenha vida. E isso estava em uma página oficial. Desafio qualquer um dos senhores a acessar o antigo Twitter, que eu acho que o nome hoje é X. Está lá na página do MTST: *“Bandido bom é bandido morto.”*

Falando em bandido, isso é muito bem o que eles sabem fazer, falar e ser. Percebam que, para todos os passos do ex-presidente visitando uma embaixada aqui no Brasil, existe um vídeo, meu caro deputado Robinho. Mas para um presidiário que fugiu da penitenciária de segurança máxima e com quem a União já gastou mais de R\$ 2 milhões para capturar, não existe uma imagem sequer desse bandido fugindo.

Hoje, vem um marginal chamado Boulos dizer que bandido bom é bandido morto? Bandido bom, Boulos, é fazer o que Jesus Cristo faz, perdoar os pecados deles. Bandido bom é, de fato, recolhido quando a Justiça reconhece que ele errou e vai ser preso, não igual ao que estava preso em Mossoró e vocês liberaram.

Então, Boulos, respeite os evangélicos, respeite os católicos. Você deveria se retratar por uma imagem infeliz que vocês colocaram dizendo que bandido bom é bandido morto.

Que Deus tenha misericórdia do Brasil, meu caro presidente, professor Zé Raimundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Leandro de Jesus pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Cumprimento todos aqui presentes, os meus colegas, a imprensa e os servidores. Esses últimos dias foram dias em que mais

destruições foram reveladas aqui em nosso estado da Bahia. Destruições essas promovidas pelo atual governo, em continuidade àquilo que já vem ocorrendo ao longo desses cinco mandatos consecutivos.

Eu estive pessoalmente no pátio da EBDA. Faço questão de informar que a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) é de responsabilidade do governo do estado. Pasmem vocês que, lá, eu pude constatar que diversos equipamentos agrícolas, não são 10, não são 20, não são 30, são mais de 100 equipamentos agrícolas, e dezenas de ônibus escolares. Colegas, esses ônibus foram enviados pelo governo Bolsonaro. Estão lá ônibus escolares com a logomarca *Pátria Amada Brasil*.

Senhoras e senhores, eu chamo a atenção aqui da base governista, pois o que me deixou impressionado foi que essas dezenas de ônibus, lá no pátio da EBDA, estão se deteriorando. Ônibus escolares que já estão crescendo mato dentro deles. O nosso dinheiro público, o dinheiro dos pagadores de impostos está indo para o ralo!

Fica aqui a pergunta para aqueles que são ligados ao governo Jerônimo ou ao governo Rui Costa, o anterior. Fica aqui a pergunta para o governador, o próprio: por que aquelas dezenas de ônibus estão lá sendo deteriorados embaixo de sol e chuva? Dezenas de equipamentos agrícolas, tratores, já sucateados! Por que não foram entregues ao povo? Por que esses ônibus não foram entregues aos estudantes?

Recentemente, tivemos a notícia triste de um aluno, em nosso interior da Bahia, que caiu de um transporte irregular e morreu. Será que se esses ônibus estivessem servindo à população, como deveriam servir, não teria sido evitada mais essa tragédia, com mais uma família que chora?

E eu desafio qualquer um aqui. Vamos lá juntos? Vamos lá ao pátio da EBDA? Vamos conferir o que está acontecendo com esses equipamentos? Ficam aqui as perguntas: cadê o compromisso com o povo? Cadê o compromisso com o pequeno produtor? Cadê o compromisso com o nosso povo do interior? Cadê o compromisso com os estudantes?

Eu continuei com essa fiscalização agora há pouco. Fui ao pátio da Secretaria da Educação e lá estavam também vários ônibus parados, ainda com a logomarca do governo Bolsonaro, *Pátria Amada Brasil*, o que atesta, confirma, que estão parados já há muito tempo. Inclusive, estão com marcas do tempo também. Certamente vieram do mesmo lugar.

Ficam as perguntas para aqueles que dizem que estão aí para cuidar de pessoas: cuidar de quem? Será que estão guardando esses equipamentos para o ano eleitoral? Faço essas perguntas.

Fica aqui também o convite para os meus colegas, inclusive os da base governista: vamos lá juntos? Vamos lá ao pátio da EBDA para vocês constatarem o que está acontecendo? Ônibus escolares, tratores, equipamentos agrícolas que deveriam estar servindo à população em todo o nosso estado da Bahia estão lá se deteriorando. Fica aqui o convite.

Já acionei o Ministério Público para que aqueles que são responsáveis por essa desgraça, mais uma...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) desgraça que estão fazendo em nosso estado da Bahia, sejam investigados e responsabilizados. É o que nós temos de fazer.

Eu torço, e sei que vai acontecer, esse será o último mandato do PT em nosso estado da Bahia, porque o povo já cansou. Acabou!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É com prazer que registro as presenças de alunos e alunas da Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães aqui em nossas galerias.

Seguindo a ordem de inscrições, concedo a palavra ao deputado Pedro Tavares.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Marcinho Oliveira.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Matheus Ferreira.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Robinho pelo tempo de até 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, amigos, colegas, meu presidente professor Raimundo. Meus cumprimentos aos alunos da Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães.

Na realidade, o que quero falar aos amigos, todos sabem, é que eu tenho um apreço e um carinho muito grande pelo municipalismo. Tive a oportunidade de ser prefeito, tenho atenção e conheço as dificuldades de se administrar um município, assim como o nosso presidente professor Raimundo.

Eu quero cumprimentar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que, em um ato de nobreza, deu um ar de respiração aos prefeitos do Brasil, principalmente às prefeituras de menor porte. O presidente do Senado, de forma proposital, não promulgou a parte da desoneração que se referia aos municípios que pagavam 22% para a Previdência e agora estão pagando 8%. Eu acho mais que justo, porque não tem nenhuma entidade que mais apoia e que mais emprega nas pequenas cidades do Brasil.

Então, presidente Rodrigo Pacheco, você deu uma acertada. Com um ato de nobreza, você colaborou e deu uma respiração, deu um ar de certa independência financeira aos pequenos municípios do Brasil. Parabéns, presidente do Senado, pelo seu ato. Com certeza, os prefeitos dos pequenos municípios vão agradecer a sua atitude.

Eu quero também aproveitar a oportunidade, pois todos sabem que sou deputado e estou deputado da Oposição. Nós estamos aqui para lembrar ao governo do estado sobre a questão do VLT, o tão sonhado VLT. Afinal de contas, o governo do estado desativou o trem do Subúrbio Ferroviário com o compromisso de implantar o VLT, obra muito importante para essa região em Salvador. E, na realidade, isso não tem acontecido. Eu quero lembrar ao governador que isso deve ser, governador, uma prioridade para a população do Subúrbio Ferroviário.

Pelo que eu leio, já tem mais de R\$ 50 milhões de investimentos no projeto do VLT. Sequer há um tijolo edificado nesse projeto de grande importância para essa região de Salvador. Então, governador, coloque isso na sua mesa como prioridade: a questão da construção para esse projeto sair do papel e ir para a prática! É importante a construção do VLT para o Subúrbio Ferroviário!

Aproveitando a oportunidade do meu tempo, eu quero dizer algo a todos os amigos. Usando a palavra do meu colega Samuel, na minha vida, tenho muito temor à mão divina. Não queria passar pelos atos e pela atitude daquela liderança política de São Paulo, que eu nem vou falar o nome dele, Samuel. Espera-se que a intervenção divina possa acontecer...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o mais breve possível. Eu acredito muito em Deus, nos princípios bíblicos. Infelizmente, têm pessoas que não têm a devoção nem a crença. Mas espero que a intervenção divina possa acontecer em sua vida.

Que Deus nos abençoe!

Um abraço a todos!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, profissionais da imprensa, nossas crianças que hoje visitam a Assembleia Legislativa, eu quero informar a todos que a subcomissão de fiscalização dos serviços da Coelba se reuniu hoje com o presidente da empresa, lá, na sua sede. Nós fomos cobrar da Coelba a apresentação de um cronograma detalhado dos futuros investimentos da empresa.

Digo isso porque quando estive aqui, há 1 mês, o presidente afirmou que serão investidos, até o fim da concessão, R\$ 13 bilhões. R\$ 13 bilhões para construir dezenas de subestações, milhares de quilômetros de linhas de transmissão de média e de alta tensão para a manutenção na rede e para a ampliação das lojas.

Esse número tem de vir acompanhado de um cronograma detalhado do que vai ser feito, ano a ano, onde será feito, quais são o valor e o prazo estimados para cada obra, porque a Coelba perdeu a credibilidade diante da sociedade baiana. Hoje, fomos cobrar ao presidente a apresentação desse cronograma. Ele se comprometeu que ainda durante este semestre, vai apresentar essas informações.

Nós, também, pedimos um maior diálogo da empresa com a sociedade civil, que atenda o setor produtivo, que tem demandas e gargalos grandes para fazer investimentos pela ausência de distribuição de energia, que atenda os consumidores com perdas frequentes de eletrodomésticos, pois ficaram sem a energia em suas casas, que atenda o poder público municipal, que atenda os trabalhadores que têm falado de um ambiente tóxico na empresa para poder desempenhar suas atividades.

Então, hoje, houve uma reunião de trabalho onde a comissão foi lá cobrar da empresa as respostas e respostas urgentes aos graves problemas que esse monopólio privado de distribuição de energia tem produzido na Bahia.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, diz um ditado popular que mentira tem perna curta. O *Jornal Nacional*, na edição de anteontem, colocou a informação de que Salvador tinha um problema grave na execução do VLT no Subúrbio Ferroviário. A reportagem afirmou, dentre outras coisas, haver um atraso de 11 anos da obra, e que havia desperdício de dinheiro público.

Ontem, como se deve fazer o bom jornalismo, William Bonner pediu desculpas ao povo brasileiro, desculpas ao povo baiano por ter dado uma barrigada. Essa barrigada, como se diz no jornalismo, foi informação falsa produzida, certamente, pela regional afiliada da Rede Globo, no caso, a Rede Bahia, de propriedade do opositor ao governo do estado, o candidato derrotado nas últimas eleições.

Eu estou para ouvir, também, as desculpas dos deputados que subiram a este palanque para acusar o governo do estado pela obra do VLT. Foram 3 anos. Todos sabem que foi destrutada a contratação do serviço por conta do aumento exacerbado dos preços da construção civil provocados pela pandemia.

E solução foi apresentada. Há uma licitação em curso. Porém, o grupo do atual prefeito entrou com uma ação na Justiça para interromper a licitação. Foi um vereador de Salvador, da base do prefeito Bruno Reis. É esse grupo, com interesse eleitoral, que não quer que a obra do Subúrbio seja realizada, que o VLT não chegue para atender o povo. Faz-se politicagem.

Deputado Sandro Régis, é por isso que o seu coração deve estar mais palpitante que o meu, em função dos resultados do domingo que não foram muito agradáveis no campo do futebol. Mas, certamente, na política, o senhor há de concordar que esta politicagem barata de impedir uma obra, por interesse eleitoral, não pode mais vicejar na Bahia.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O que o prefeito deveria responder é: por que Salvador é a campeã do desemprego? O que o prefeito deveria responder é: por que Salvador tem os maiores índices da pobreza do Brasil? O que o prefeito deveria responder é: por que só há 60% de cobertura de Atenção Básica à Saúde? O que o prefeito deveria responder é: por que se fez um BRT de R\$ 1 bilhão e não transporta ninguém? O que o prefeito deveria responder é: por que Salvador perdeu a competitividade...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas)

(...) econômica e caiu para a segunda divisão ao ser ultrapassada por Fortaleza? Salvador tem o segundo PIB e a segunda população do Nordeste. É isso!

O prefeito não deveria fazer politicagem, deputado Alan Sanches, pois a notícia foi desmentida ontem, no *Jornal Nacional*.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Informo aos senhores e às senhoras que, por acordo das lideranças, nós vamos prorrogar o horário do Pequeno Expediente até as 16 horas.

Concedo a palavra ao nobre líder Alan Sanches pelo tempo do Pequeno Expediente.

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado, deputado Vitor Bonfim.

Não. O correto é para estender. O acordo é para estender o tempo do Pequeno Expediente para a gente não entrar no tempo do Grande Expediente. O acordo é esse. Foram feitos dois acordos de cada lado. Se não me falha a memória, são dois acordos da Oposição e dois do Governo. Obrigado.

Bem, senhoras e senhores, eu não podia ficar calado quando, na verdade, não houve barrigada absolutamente nenhuma, deputado Robinson Almeida, absolutamente nenhuma. Erraram nos 11 anos, porque são 3 anos.

Mas quanto à destruição da mobilidade da Suburbana, o governo do estado fez. Você gastava ali R\$ 1 para ir e voltar em qualquer pedaço ou em qualquer parte da Suburbana até a Calçada. Você poderia fazer suas compras, o que quisesse, com R\$ 1 ao dia. Hoje, para fazer isso, são necessários R\$ 11.

Além disso, há a destruição que ele, o governo do estado, fez na vida das pessoas, quando ele piorou a mobilidade. Você tira um sistema ferroviário. Agora, você faz um gargalo na pista, que já não é larga, ali, na Suburbana, pela impossibilidade. Bruno Reis está, agora, tentando melhorar ali, ao fazer a calçada. Mas o gargalo existe, porque vocês criaram isso quando vocês retiraram o sistema ferroviário e não deram outra opção.

Vocês imaginem o trem suburbano. E o governo de V. Ex.^a botou cinco ônibus, cinco ônibus gratuitos. Era melhor não ter colocado absolutamente nada. Então não houve barrigada nenhuma quando existe uma microeconomia naquela região!

Eu digo isso porque eu falo de marisqueiro, eu falo de ambulante, eu falo de pescador, que pescava ali, em toda aquela orla linda, ali, da Suburbana e levava para a Feira de São Joaquim por apenas R\$ 0,50. Vendia e trazia. Vinha com mais R\$ 0,50 para vender e trazer o seu dinheiro, o seu recurso do dia.

Então não houve, absolutamente, barrigada nenhuma. Não houve barrigada quando você gasta mais de R\$ 50 milhões num projeto que era VLT. Depois, você disse: “Não. Não quero VLT. Eu quero monotrilho.” Aí, você faz um projeto de monotrilho. Depois, você diz: “Não. Eu, agora, não quero monotrilho. Vai ser VLT, de novo.” E quem pagou por esses projetos? Quem está pagando por isso?

Então não venham me dizer que, durante 2 anos e meio, com barracão exposto e com material exposto sendo perdido, que não está tendo prejuízo para o Erário! Claro que está tendo! Bem, não foi afiliada nenhuma da Rede Globo! Isso foi em cenário nacional.

Agora, até quem dá conselho, quem pode aconselhar, quem sou eu para aconselhar o governador? Se ele chegou lá, é porque ele é muito mais esperto do que eu. Digo isso porque eu sou deputado e ele é governador. Quanto ao governador do estado, eu tenho certeza de que não foi ele, mas foi a assessoria dele quem botou assim: “Governador comemora retratação da Rede Globo!”

Pelo amor de Deus! Governador não é para estar comemorando retratação, não. É dizer o seguinte: “Olha, isso existe. Esse prejuízo no Subúrbio Ferroviário existe. Nós erramos. Mas nós vamos tentar consertar.” O que não se deve fazer é ficar querendo dizer que são fake news, que é não sei o quê. Comemorar? Pelo amor de Deus, doutor! Não podemos tratar dessa forma! Eu acho que a gente tem de tratar com seriedade.

Existe um problema enorme que é o calcanhar do governo do estado em Salvador. Trata-se do VLT. Digo isso porque a mentira, mais uma vez, foi colocada que era VLT, que era monotrilho, que era VLT. Bem, retirou-se esse transporte da população sem, sequer, dar uma alternativa. Agora, vai comemorar porque a Rede Globo disse que eram 11 anos, e não são 3 anos, como na verdade são.

Alguém acha pouco ficar 3 anos sem o transporte de trem no Subúrbio Ferroviário só porque foi a decisão do governo passado que este mantém?

Claro que não!

Então, ao invés de comemorar retratação em Rede Globo, gente, vamos arregaçar as mangas e trabalhar por esse transporte.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Onde está? Onde começou o VLT depois de 3 anos? Foi em 2021 que suspenderam isso?

Então a gente não pode tentar tapar o sol com a peneira. Vamos arregaçar as mangas e trabalhar! Se trabalhar, tenho a certeza de que a Oposição toda vai estar batendo palmas.

Mas, neste momento, para comemorar retratação porque a Rede Globo errou de 11 anos para 3 anos, não contem comigo!

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Raimundinho da JR pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde, nobres colegas, boa tarde, povo das galerias.

Quero, Sr. Presidente, mais uma vez, mostrar a minha indignação a respeito do aumento abusivo. Nobres colegas, mais uma vez, nós precisamos ter um olhar

especial para esta tal concessionária Viabahia. Na calada do feriado, eles aproveitaram. Como se ninguém estivesse prestando atenção, eles fizeram, mais uma vez, o aumento da tarifa.

Venho a esta Casa solicitar aos colegas a atenção quanto ao aumento da tarifa, porque nós temos condições de fazer isso tranquilamente. Vamos, juntos, todos, fazer o nosso papel. Nós não aguentamos mais ver o engarrafamento que houve na BR-324! Basta ter um feriado!

Eu moro em Dias d'Ávila. De lá para cá, eu venho para Salvador. Tenho de pegar, às vezes, a BR-324. Eu fico pasmo de ver, fico triste olhando a forma com que nós, contribuintes, pagamos. Nós só temos o direito de pagar essa tal de Viabahia. A gente fica assim olhando até quando vai conviver com esse câncer na Bahia.

Então, quero fazer um apelo aos nobres colegas, neste momento. A gente não está olhando quem é Situação e quem é Oposição. Esta Casa tem o direito e a obrigação, com nossos baianos, de buscar uma solução com o governo federal, com o governo do estado, com o ministro, para a gente dar um basta nesta irresponsável chamada Viabahia.

E a gente fica, também, observando que, só no estado da Bahia, houve o aumento das tarifas dos pedágios. Olha que coisa linda e maravilhosa! Nós temos a pior rodovia do nosso país em fase de conservação. E a gente fica pasmo, deputado Robinho. A gente sabe que, nos outros estados, as estradas têm condição, têm qualidade.

Mas por que, na Bahia, a gente só recebe a carga dos aumentos abusivos das tarifas? Por que a gente não vê isso? Por que a gente não tem um olhar diferenciado? Vamos chamar esta Casa e buscar uma resposta para dar ao povo baiano. Nós não podemos nos calar quanto a esses aumentos abusivos das tarifas.

A mesma coisa, eu quero falar, também, do aumento da tarifa do transporte coletivo em Salvador. Não é possível que os funcionários paguem toda essa carga e seja dessa forma! Você dá um aumento de 4% para o funcionário e dá o aumento da tarifa de transporte em 8%! Essa conta não fecha.

Então, aquele que vem para o trabalho todos os dias, o funcionalismo, essa carga tributária que eles vêm pagando, eu acho que está na hora de a gente dar um basta. Nesta Casa, nós devemos dar um basta a esses contratos abusivos. Já chega de tanta irresponsabilidade por parte da Viabahia.

Com a Bahia Norte e a CLN, até hoje, a gente não viu. Fizeram uma fusão. Fizeram uma enganação com o povo baiano! E, mais uma vez, ela continua dormindo em berço esplêndido!

A gente não sabe quais são as obrigações e os deveres da Viabahia e da Bahia Norte! Tudo continua como era antes. E a gente está só olhando. Deputado Marcelinho, a gente tem de tomar posição nesta Casa, tanto em relação à Viabahia como em relação à empresa Bahia Norte e à CLN! Não podemos nos calar.

O deputado Raimundinho está ao lado dos colegas. Eu tenho certeza de que todos comungam da mesma consciência de que não podemos admitir essa falta de respeito para com o povo baiano.

Que Deus abençoe a todos.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Raimundinho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Dr. Diego Castro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos os presentes nesta Casa no dia de hoje.

Antes de iniciar o meu discurso, presidente, eu queria registrar as presenças de pessoas muito especiais para o trabalho da nossa direita no estado da Bahia. Personalidades de diversas cidades estão nas galerias. Há até profissionais do ramo jurídico, o qual é o meu setor, a minha profissão.

Começo a citar Ubaíra. Aqui está a Dagmar, presidente do nosso PL; Zé Osni, tesoureiro; e o vice-presidente Hugo. Sejam bem-vindos. Esta Casa também é de vocês, meus amigos.

De Esplanada, aqui estão Adelmo, atual pré-candidato a prefeito que faz um brilhante trabalho lá também; e o Franklin que vem lhe acompanhando. Sejam muito bem-vindos.

De Alagoinhas, há a nossa amiga Elisângela, também, na Casa. Bem-vinda, Elisângela.

Há, também, uma talentosíssima jovem que faz um brilhante trabalho em uma das grandes cidades do nosso estado da Bahia, de uma cidade que tem um papel, inclusive, importantíssimo para o nosso comércio, que é Santo Antônio de Jesus. Esta é a nossa grande amiga Camila.

Também, ali, está o pessoal do jurídico. Há o meu amigo Diego Biset. A Dr.^a Iana, também, está aqui presente e assistindo a esta sessão. Sejam muito bem-vindos todos vocês.

Presidente, há mais uma do governo vampiro do PT no estado da Bahia. Mais uma vez, coloca-se a faca no pescoço de quem produz, de quem gera emprego, de quem gera renda, de quem movimenta a economia. Isso mostra quem é o inimigo da iniciativa privada, consequentemente, inimigo do gerador de empregos e, consequentemente, inimigo do pobre, do que mais precisa de que essas atividades estejam em pleno funcionamento, com um mínimo de atrapalhão do estado.

Eu venho falar das matérias que foram destaques ontem, no *Correio da Bahia* e em diversos sites do estado da Bahia: (lê) “*Governo aumenta imposto e preço de alimentos e bebidas vão subir no estado da Bahia.*” Como se já não bastassem os 20,5% que o governo aumentou no ICMS – de 19% para 20,5% –, que é o mais alto do Brasil, temos a maior carga tributária no Brasil: 8,10%. Digo isso para não dizerem que é fake news, como diz a própria CNI - Confederação Nacional das Indústrias.

Além disso, presidente, de acordo com a Junta Comercial do Estado da Bahia, 37 mil empresas na Bahia foram impactadas de maneira voraz com esses aumentos

sucessivos só em 2023 e a meta é que esse número dobre em virtude dos aumentos que entraram em vigor neste ano. Para completar, como se já não achasse pouco, o governo acaba com a isenção fiscal do ICMS sobre produtos de mercearias, que saiu de 20% para 27% a carga tributária.

Este é o governo do amor, este é o governo parceiro de quem, de fato, faz alguma coisa por esse estado... O governo do PT é o verdadeiro vampiro, chupa-sangue, que só sabe atrapalhar a vida de qualquer cidadão de bem no estado da Bahia, é só para isso que serve.

Esse é o saldo de 17 anos, desde quando essa praga governa o nosso estado. Esse é o papel de praga: destruir o que está pela frente. Mais vergonhoso ainda foi a nota – chegamos a esse ponto – dos estabelecimentos comerciais explicando...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Para concluir, peço sua tolerância, presidente.

(...) ao cidadão o porquê aumentarão os impostos. Trago aqui o caso clássico de uma renomada empresa da Bahia, que é o Almacem Pepe. Para concluir, a desculpa da Secretaria da Fazenda que – me desculpe, é a mais sem-vergonha possível de todas – em nota afirma: (lê) *“isso visa preservar a concorrência legal do mercado pela delicatessen de grande porte estarem com vantagem sobre as outras.”* Como se o PT fosse a favor da livre concorrência, do livre mercado e da livre iniciativa. Vocês estão de... (Expressão retirada pela Presidência.) só pode ser!

Então para concluir, presidente, se o governo do PT é de fato – como vocês mesmos dizem – pelos mais pobres, tratem de começar respeitando por aquele que gera emprego e renda, que é a iniciativa privada. Não se faz política de desenvolvimento social com aumento de imposto e de tributo, porque essa conversa de que aumentar tributo aumenta a arrecadação é uma mentira.

Porque se vocês não conhecem a curva de Laffer ou a Teoria Econômica, possivelmente aplicada a esse caso e que mostra que, em um determinado momento, o sistema econômico vai entrar em colapso, porque os agentes privados serão sufocados. E o que vai acontecer? Desemprego em massa e sonegação fiscal, porque não terão como sobreviver.

É isso que o PT quer para o estado da Bahia. Não é à toa que persegue quem produz, quem gera emprego e renda.

Vamos aprovar o Marco da Liberdade Econômica, de minha autoria, que está em tramitação nesta Casa.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Eduardo Salles.

O Sr. EDUARDO SALLES: Prezados colegas, eu venho hoje relatar para vocês uma reunião que tivemos da Comissão de Infraestrutura e a subcomissão que analisa o contrato da Coelba. Hoje, nós, sete deputados, tivemos uma reunião muito

proveitosa e franca com o presidente da Coelba e diversos dos seus superintendentes, na qual pudemos colocar a importância de termos uma prestação de serviço de qualidade, uma energia de qualidade para todos os consumidores baianos.

Pois bem, expressamos esse nosso desejo ao presidente, nós colocamos a importância da via de mão dupla e algumas sugestões importantes. A primeira delas foi a criação de um canal de diálogo direto entre a Coelba e a população. Por que não a Coelba se reunir com a associação de bairros e com setores produtivos inteiros, como o setor da indústria, do comércio, do turismo, da agropecuária?

Nós fizemos essa sugestão, a qual o presidente acatou, dizendo que sim e que acha importante que possamos avançar nesse diálogo, nessa humanização entre a Coelba e a população para que resolvamos, com maior rapidez e celeridade os problemas da energia elétrica no nosso estado.

O segundo ponto que nós pautamos foi a questão da importância da universalização da energia elétrica no estado da Bahia. O estado da Bahia é um dos poucos que não tem energia em todas as casas dos seus municípios dentro do estado.

Pois bem, o presidente nos afirmou que foi aprovada recentemente mais 29 mil ligações. Então, nós temos 1.500 ligações a serem efetivadas até junho e foram liberadas mais 29 mil ligações para serem efetivadas dali para frente, no que eles chamam de etapa 12, da trancha 12, do Programa Luz para Todos.

E aí? Colocamos uma importância muito grande. Nós já temos 715 mil ligações do Programa Luz para Todos no estado da Bahia, porém a grande maioria dessas ligações é monofásica. Aquele produtor lá da ponta precisa efetivamente ligar uma picadora de capim, uma picadora de palma, precisa ter uma pequena irrigação para a sua horta, mas não tem porque ele necessita de energia trifásica, presidente.

Então, nós colocamos a importância da energia trifásica e propusemos um canal entre esta Casa – a Assembleia Legislativa –, a Coelba e o governo do estado para que possamos, juntos, fazer com que a população que necessita dessa ligação trifásica possa requerê-la. O presidente disse que sim, que a Coelba fará a ligação trifásica em cada região que tenha essa necessidade.

Então, nós temos um caminho importante a seguir, que é pontuar e receber todas essas demandas dos pequenos agricultores de cada canto do estado que necessitam transformar sua energia monofásica em trifásica para que possamos, por meio da Coelba, fazer essa ligação.

Por último, foi proposta a questão do acompanhamento dos investimentos. O presidente da Coelba e sua equipe nos falaram que para prestar um bom serviço para a população, para melhorar as condições para a população que hoje tem seus aparelhos elétricos queimando, para a turma do Oeste, do Sul e do Extremo Sul da Bahia que querem implantar uma agroindústria, uma indústria, mas que não tem energia elétrica pela falta da aplicação de recursos, pois bem, foi afirmado que serão aplicados R\$ 13 bilhões pela Coelba até os próximos anos. Só que nós solicitamos que nos seja passada a cronologia de quando serão usados esses R\$ 13 bilhões para que nós possamos acompanhar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) as efetivas aplicações desses recursos.

Acho que hoje foi uma reunião do ganha-ganha, uma reunião muito sincera com a Coelba, olhos nos olhos e numa via de mão dupla. Também deixamos a possibilidade de que leis que se façam necessárias sejam criadas para aumentar a celeridade do atendimento da Coelba. Nós estaremos à disposição também para homologar,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para aprovar essas leis, aqui na Assembleia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, primeiro quero saudar a presença das representações do Sindsemp, a categoria dos trabalhadores e trabalhadoras do Ministério Público, representadas e em luta, deputado Rosemberg, para aprovação do PL pela conversão da licença-prêmio em pecúnia, o qual já passou pela CCJ.

É apenas um dos itens da pauta de valorização dessa categoria que, a meu ver, deve ser respondido. Toda força para os trabalhadores do Ministério Público. Parabéns pela sua representação, estamos aqui a serviço disso.

Bom, Sr. Presidente, queremos tratar dos últimos dados que foram revelados pelo Instituto Cidades Sustentáveis, o qual comparou Salvador às outras capitais do Brasil, justamente quando a cidade completa 475 anos.

Não nos faltam elementos para sermos uma cidade e um povo digno. Salvador é essa cidade de um povo tão criativo, tão rebelde, marcado pela coragem, de identidade cultural que marca a sua existência de uma maneira que chama a atenção de todo mundo. Mas, infelizmente, os dados sociais de Salvador são lamentáveis.

Salvador permanece como a capital do desemprego e que tem o maior índice de desnutrição infantil do Brasil. É também a cidade que mais mata jovens entre 15 e 29 anos de idade e, pasmem, que tem 10 vezes mais pessoas abaixo da linha da pobreza do que Florianópolis.

Então, para nós, essa comparação é lamentável, deputada Olívia.

Nós, que temos todas essas tradições, poderíamos enfrentar esses dados se realmente houvesse um projeto democrático nesta cidade de Salvador. Não seria resolver tudo, não.

Por exemplo, nós poderíamos, por meio da educação municipal, não apenas chegar às crianças que hoje estão com desnutrição na cidade de Salvador. Porque, se uma criança não está na rede municipal, a família é chamada pelo Conselho Tutelar e é questionada sobre isso.

Então se as famílias de maior vulnerabilidade as crianças estão na rede municipal, por que nós não enfrentamos essa chaga da desnutrição infantil? Por que nós não enfrentamos o problema do desemprego chegando até essas famílias tão vulneráveis?

A gente é obrigado assistir a um espetáculo, a meu ver, de insubordinação dos servidores e servidoras públicas que, neste exato momento, estão ocupando a frente da prefeitura, porque é uma prefeitura que não paga o piso da educação, da saúde, dos trabalhadores da enfermagem, dos agentes de saúde que combatem as endemias, que oferece 4% de reajuste aos servidores quando a perda é de mais de 30% do ponto de vista inflacionário.

Então, ainda que nós tenhamos muito orgulho de fazer parte dessa capital da resistência, sabemos que é preciso enfrentar essa chaga histórica que vem do período da escravidão e é realimentada pelos novos senhores de engenho, seus capatazes e capitães do mato que hoje vendem a cidade, por exemplo.

O Sr. João Gualberto comprou quase 25% das áreas verdes que foram vendidas pelo poder público – justamente um grande aliado de Bruno Reis e de ACM Neto. Mete a mão, a meu ver, nas áreas verde da cidade.

Mas, Sr. Presidente, eu não queria deixar de abordar muito rapidamente um outro problema: a situação dos convênios com as organizações que prestam serviço...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) à população especial na área educacional.

Nós tivemos uma audiência pública – com a sua tolerância, Sr. Presidente, muito rapidamente – na semana passada e foi feita uma radiografia sobre a situação. Hoje, esse público, especialmente a população de espectro autista, não tem direito à dignidade.

Nós sabemos que falta muita coisa básica na Bahia,...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) mas essa população não tem nenhum direito à dignidade. Esse é o quadro. Nós podemos perder convênios como APAE e AMA, um conjunto de organizações que precisam que os convênios de cooperação sejam retomados com o governo do estado. As pessoas não querem...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) aquele recurso para administrar e a retirada dos profissionais da educação dessas instituições que prestam – para concluir, Sr. Presidente – um serviço que hoje, na atualidade, é insubstituível.

Nós queremos apelar para a secretária de Educação que receba a comissão...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) e faça o que a legislação permite, que é o convênio de cooperação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

Como foi um acordo, lembro aos Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que há ainda o pronunciamento do deputado Marcinho Oliveira em seguida.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, servidoras, servidores e visitantes, primeiro, desde ontem que a vida nos traz surpresas importantes. Hoje pela manhã, eu tive duas alegrias; uma aqui na Bahia e outra em Brasília.

Foi a assunção do nosso querido Paulo Guimarães, superintendente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que assumiu a presidência de uma empresa que nós aprovamos nesta Casa, a BahiaInveste. Ele assumiu a presidência e fez uma exposição de um planejamento para os próximos 35 anos da Bahia. Deputado Robinson e deputado Hilton, na apresentação, juntamente com o governador, acertamos com os parlamentares que estavam presentes para que nós pudéssemos fazer aqui um seminário para apresentar para a Bahia o projeto do governo do estado para os próximos 35 anos, em especial na área de mudança da matriz energética, já que a Bahia lidera esse processo com as energias renováveis na área eólica, solar, de hidrogênio verde, de biodiesel, ou seja, várias ações de mudança na matriz energética que o mundo inteiro tem debatido.

Deputado Robinson, depois de 19 anos, Zé Dirceu, nosso querido amigo, militante, ex-deputado federal e ministro, que voltou ao Congresso Nacional para falar sobre esses anos duros do período da ditadura militar, iniciada em 1964. Como disse ontem, ver a *Rede Globo de Televisão* fazer um programa no qual se questiona o golpe militar é de fundamental importância para esse instrumento de comunicação que defendeu, à época, o golpe militar.

Por último, eu quero me dirigir ao querido colega Diego Castro que veio defender o Almacen Pepe sob a alegação de que a loja de conveniência estaria tomando prejuízo em função da tributação. Deputado Diego, veja quem frequenta o ambiente. Eu compro pão numa padaria em Lauro de Freitas, na Itinga, a população não está reclamando do preço do pão que é vendido naquele local. O preço é metade do preço do pão que é vendido no Almacen Pepe. E olhe quem frequenta o Almacen Pepe, deputado Hilton.

A questão que precisa vir à tona é que a tributação para aquela padaria lá de Itinga...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) estava sendo maior que a tributação para essas lojas de conveniência do povo rico da cidade. O que foi feito foi apenas se criar um equilíbrio entre a tributação de pobres e ricos. E não é para taxar mais os ricos, é para equilibrar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a taxação, que era diferente entre ricos e pobres, e criar uma unidade nessa relação.

Eu não entendi o deputado Diego, que, inclusive, foi aplaudido em alguns momentos aqui porque sempre se pautou na defesa dos pobres, e hoje veio fazer a

defesa do empreendimento privado que atende à população rica da nossa cidade de Salvador.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Marcinho Oliveira.

O Sr. Robinho: Presidente, o tempo acabou. Já são 16 horas.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, mas houve uma sinalização para que nós...

O Sr. Robinho: Não foi combinado às 16 horas?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto, correto. Mas houve uma flexibilização para darmos a oportunidade ao nobre deputado Marcinho Oliveira, se V. Ex.^a concordar. Concorda? Correto?

O Sr. Robinho: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Marcinho Oliveira pelo tempo de 5 minutos. Logo em seguida, entraremos na Ordem do Dia.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não poderia, de maneira nenhuma, Sr. Presidente, já que, neste momento, a Casa está repleta de colegas ansiosos para as votações, deixar de dizer que, com bastante independência, venho a esta tribuna para poder falar, criticar e votar de acordo com nossos pensamentos.

Venho aqui, nesta tribuna, reconhecendo que, no ano passado, fiz diversas críticas também na área da segurança pública, e hoje tem um projeto em que se pede empréstimo. Como já votei a favor da urgência, votarei também a favor do empréstimo do governo do estado.

Mas também venho aqui, deputado Eures, com independência, para poder criticar a Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia, órgão do qual, falo com particularidade em relação à Região do Sisal, onde meu colega deputado Laerte do Vando também sabe da realidade, estamos esperando a tão sonhada requalificação da BA-120, que liga Monte Santo à cidade de Queimadas.

A gente vem esperando essa obra, que está se arrastando, se arrastando, e o povo não aguenta mais ter de consertar os pneus dos carros, não aguenta mais ter seus carros danificados, a quantidade enorme de acidentes. Então a gente cobra também, desta tribuna, que a Secretaria de Infraestrutura mostre uma solução para esse problema, que é a efetiva requalificação do asfalto.

Nós não podemos ir para o Instagram e para o Facebook para comemarmos tapa-buraco de estrada. O povo merece uma estrada de qualidade! E, quando eu falo “com independência”, falo que, da mesma maneira que eu venho aqui e reconheço que eu vou votar a favor de um projeto para ajudar na segurança pública do estado, nós também viemos aqui para cobrar efetividade, deputado Raimundinho, na melhoria das condições de nossos irmãos trafegarem naquela região.

Então, é o que eu tenho para falar! Fica registrado que a gente vem aqui com independência para poder fazer do nosso mandato a vontade do povo.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Marcinho Oliveira.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ordem do Dia.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 25...

O Sr. Samuel Junior: Questão de ordem! Só uma questão de ordem, presidente. Não eram os horários partidários?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Foi feito... foi... foi feito...

O Sr. Samuel Junior: Não, não, observe só, vamos por partes. O que V. Ex.^a informou aqui, no Plenário, e foi o que eu entendi – inclusive, se eu estiver equivocado, V. Ex.^a tem toda a liberdade de me corrigir –, é que o acordo de lideranças estava prorrogando a sessão por mais 20 minutos, que seriam do Grande Expediente, a serem divididos entre os colegas que quisessem usar o tempo de fala.

Foi isso que V. Ex.^a fez e foi esse o meu entendimento sobre o acordo que os dois líderes fizeram. Aí, V. Ex.^a agora já passou para os horários partidários e já está colocando o projeto na Ordem do Dia. Então eu queria só que V. Ex.^a me explicasse, porque eu entendi de um jeito e V. Ex.^a está conduzindo de outro.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, eu esclareço...

O Sr. Samuel Junior: Sim, senhor.

O Sr. Rosenberg Pinto: Pela ordem, presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. Pela ordem, deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. Rosenberg Pinto: Olhe bem, quando eu conversei com o deputado Alan, o entendimento que eu tive, posso ter me equivocado, era de que nós estenderíamos o Pequeno Expediente, não usaríamos o Grande Expediente, e iríamos para a Ordem do Dia. Se o deputado Samuel achar que ainda tem a necessidade de falas, eu não vejo nenhum problema, eu não tenho nenhum problema em relação a...

O Sr. Samuel Junior: Nobre...

O Sr. Rosenberg Pinto: (...) Eu vou dispensar as falas da liderança da Maioria, da Base da Maioria, e ficar...

O Sr. Samuel Junior: Não, nobre... nobre líder... não, eu quero só dizer a V. Ex.^a que, para o que eu tinha a falar no dia de hoje, eu já usei meu tempo de fala.

O Sr. Rosenberg Pinto: Ah! certo.

O Sr. Samuel Junior: O que eu entendi, quando o presidente disse que houve um acordo entre V. Ex.^a e o meu líder Alan, era que, sobre os 20 minutos do Grande Expediente, que, salvo engano, me parece que eram do PP, vocês estavam combinando para prorrogar o Pequeno Expediente. Pelo menos, para mim, no meu entendimento, não se passaria pelos horários partidários.

E aí, quando a gente está aqui batendo papo, assim que o presidente encerrou, teoricamente, o Pequeno Expediente, já entramos na Ordem do Dia.

O Sr. Rosenberg Pinto: Não...

O Sr. Samuel Junior: Aí, na semana passada, quando a gente votou, eu não soube o que foi que foi votado...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Esclareço. Como V. Ex.^a colocou a questão de ordem para esta presidência, ela vai responder.

O que chegou aqui à Mesa foi que haveria a prorrogação até as 16 horas, portanto, de meia hora, e, em seguida, mais dois oradores. Fomos, portanto, até às 16h6min, sendo que, após essa prorrogação, entraríamos na Ordem do Dia. Foi o que chegou até aqui. Se houver outro entendimento, que os dois líderes, por favor, se manifestem, por favor, para que a gente possa tocar a sessão. Os dois líderes, por favor, acordem e explicitem.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente. Na verdade, eu não vejo problema nenhum. Eu acho que foi um erro de comunicação apenas. O deputado Samuel está certo, os deputados Rosenberg e Robinho estão certos.

Eu acho que, se hoje nós pudermos ainda estender um pouco, deputado Rosenberg, líder da Base do Governo, para os deputados que estão presentes e ainda queiram se pronunciar, eu acho que isso até contribui para o debate, não vejo problema. E que façam a inscrição com V. Ex.^a, 5 minutos para cada deputado que queira falar. O deputado Rosenberg diz que não vai apresentar nomes, mas, no caso, se ele quisesse...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Então está esclarecida... esclarecida a questão de ordem... esclarecida, portanto, a questão do nosso nobre líder. Fica agora o seguinte tema: se nós entraremos na Ordem do Dia ou se nós prorrogaremos por mais algum tempo para o debate. Correto? É esse o encaminhamento, líder?

O Sr. Rosenberg Pinto: Isso, isso!

O Sr. Alan Sanches: Mas eu queria só que...

O Sr. Rosenberg Pinto: Sr. Presidente, da parte da Base do Governo, é isso que... Quando o deputado Samuel fez a questão, eu estava entendendo que tinha mais alguém para falar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto.

O Sr. Rosenberg Pinto: Da Base do Governo, eu estou assumindo aqui que não há nenhum orador interessado na fala partidária.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, então eu solicito ao nobre deputado Robinho...

O Sr. Robinho: Pela ordem, presidente.

O Sr. Zé Raimundo Fontes: Pois não.

O Sr. Robinho: No meu entendimento, vai começar a Ordem do Dia, é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Isso.

O Sr. Robinho: Então, de antemão, para evitar malabarismo, vou usar a expressão que eu falei na última reunião, em que se votou de forma... sem o entendimento de ninguém, e eu até usei a expressão “bola nas costas”, então, de antemão, eu quero pedir verificação de quórum para votação. De antemão! Quer dizer, eu estou falando “de antemão” porque pode acontecer: “Blulu-blulu-blulu... aprovado!” (Risos) Como aconteceu aqui... como aconteceu aqui na semana passada. Então, eu, para não tomar bola nas costas novamente, já estou falando antecipadamente, pedindo a verificação de quórum para a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): No tempo necessário, V. Ex.^a será...

O Sr. Robinho: Estou avisando para evitar...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) V. Ex.^a é um excelente zagueiro, não há “bola nas costas” com V. Ex.^a.

O Sr. Robinho: Mas tomei bola nas costas.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, então, seguindo os encaminhamentos, por favor, Srs. e Sr.^{as} Deputadas, Ordem do Dia.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 25.201/2024, do Poder Executivo, que (lê) “*(...) autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com instituições financeiras nacionais, com garantia da União, na forma que indica, e dá outras providências*”, que é “*(...) a celebração de operações de crédito com instituições financeiras nacionais, no montante de até R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), destinada à viabilização de investimentos previstos no Plano Plurianual e nos Orçamentos anuais do Estado na Área de Segurança Pública...*”

Por encaminhamento, nós vamos deixar esse projeto para ser o segundo projeto a ser votado.

Portanto, Ordem do Dia, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Em discussão e votação o (lê) “*(...) Projeto de Lei nº 25.186/2024, de autoria do Ministério Público, o qual ‘Cria o Fundo de Defesa dos Direitos Fundamentais do MPBA - FDDF, e dá outras providências.*”

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para relatar o presente projeto, eu solicito o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO: Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas da Casa, todos os companheiros e companheiras das galerias, primeiro, eu gostaria de agradecer aqui o privilégio de poder, justamente, dar esse parecer e dividir esse privilégio com vocês.

Na verdade, é um projeto de extrema importância. Então, eu agradeço ao líder da Bancada do Governo, com a aquiescência do líder da Minoria, deputado Alan

Sanches, que nos permitiu narrar aqui e apresentar este parecer de um projeto, do ponto de vista social, acredito eu, estruturante para o Ministério Público da Bahia e para a sociedade como um todo.

(Lê) “*Parecer*

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.186/2024, de autoria do Ministério Público, o qual ‘Cria o Fundo de Defesa dos Direitos Fundamentais do MPBA - FDDF, e dá outras providências.’

A proposição que ora venho relatar, de autoria do Ministério Público, destina-se à criação do Fundo de Defesa dos Direitos Fundamentais do MPBA - FDDF, ‘com a finalidade de custear ações e projetos voltados à proteção, promoção e reparação de direitos fundamentais, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Gestor’ conforme estabelece o art. 1º do projeto.

O Fundo, a ser presidido por um membro do Ministério Público escolhido por seus pares, será administrado por um Conselho Gestor, composto por sete membros, sendo cinco representantes do MP da Bahia, designados pelo Procurador Geral de Justiça, e dois representantes de entidades da sociedade civil relacionadas à defesa dos direitos fundamentais.

O Fundo terá como fontes de recursos aqueles provenientes de multas, penalidades, indenizações e prestações pecuniárias decorrentes de condenações judiciais, ajustes em Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), Acordos de Não Persecução Cível (ANPCs), Acordos de Não Persecução Penal (ANPPs), Transações Penais (TPs) e quaisquer outros acordos relacionados a danos causados a direitos fundamentais, bem como de dotações orçamentárias específicas, doações, convênios, subvenções e outros auxílios financeiros de fontes públicas, privadas, nacionais e internacionais e outros recursos externos.

Os recursos do Fundo destinam-se a financiar ações, projetos e programas que visem à proteção, promoção, defesa e reparação de direitos fundamentais, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Gestor e alinhado aos valores institucionais.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de não haver quaisquer impedimentos quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente encaminhada pelo Ministério Público.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2024.”

Então peço a votação unânime de todos os deputados desta Casa pela importância desse projeto para o desenvolvimento social e econômico da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em discussão, no âmbito das comissões.

Os Srs. e Sr.^{as} Deputadas que concordam, por favor, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

No Plenário, em discussão o projeto de lei aprovado... aprovado...

O Sr. Rosemberg Pinto: Mas, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) aprovado no âmbito da comissão. Correto.

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) o senhor vai pedir quórum?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não.

(...) No Plenário. Discussão e votação no Plenário.

O Sr. Rosemberg Pinto: É... Sr. Presidente, se vai pedir verificação de quórum, marca os 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não, não, esse aí é acordo, aí tem acordo.

(...) Srs. e Sr.^{as} Deputadas...

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu quero... eu gostaria de pedir verificação de quórum... pedir verificação de quórum para votação...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a... Pois não, eu solicito...

O Sr. Robinho: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem, deputado Robinho.

O Sr. Robinho: A verificação de quórum de Rosemberg é para a questão do Ministério Público.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É.

O Sr. Robinho: O meu pedido seria para o empréstimo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tranquilo.

O Sr. Robinho: Então, quem pediu verificação de quórum foi Rosemberg.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tudo bem.

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Está claro.

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O que está em votação é o projeto de lei no Plenário, o Projeto de Lei nº 25.186/2024, esse é o projeto que está em votação. Antes da votação, o líder solicitou quórum. Eu solicito à técnica que zere o painel, por favor, zere o painel e marque 25 minutos, que é o quórum de votação. Por favor.

O Sr. Hilton Coelho (fora do microfone): Eu quero encaminhar o voto do Psol.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Quando chegar a hora.

O Sr. Rosemberg Pinto: É porque... se tiver os 32, não precisa pedir no outro, é isso.

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): Vamos marcar.

O Sr. Rosemberg Pinto: Vamos marcar.

O Sr. Samuel Junior: Já marcou.

Presidente, eu gostaria que V. Ex.^a fizesse o registro da presença do vereador lá da sua cidade, vereador Edmilson, juntamente com os seus assessores, eles vieram nos visitar hoje... Que V. Ex.^a fizesse o registro do vereador Edmilson.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por favor, registre a vossa presença...

O Sr. Samuel Junior: Assim que V. Ex.^a liberar, eu farei isso...

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): Já está liberado.

O Sr. Samuel Junior: (...) Mas peço para registrar a presença do vereador Edmilson e dos seus assessores, eles vieram nos visitar...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Registrada a presença.

O Sr. Samuel Junior: (...) lá da linda cidade de Vitória da Conquista...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Muito bem.

O Sr. Samuel Junior: (...) porque eu tenho orgulho de ser conquistense.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre vereador, seja bem-vindo. Com a vossa presença, também conseguiu dar a presença do nosso Samuel Junior. Muito obrigado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, queria pedir a todos os deputados e deputadas que estiverem aí no cafezinho, nos seus gabinetes, que possam se fazer presentes para atender a verificação de quórum de votação de um projeto importante, um projeto do Ministério Público e, logo depois, vamos votar também o projeto de iniciativa do Executivo. Então quero pedir a verificação de quórum e pedir a todos os deputados que se façam presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a presença do nobre deputado Samuel Junior, já deu?

O Sr. Rosemberg Pinto: Já deu. O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pronto. Há quórum.

Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 25.186/2024, que (lê) *“Cria o Fundo de Defesa dos Direitos Fundamentais do MPBA - FDDEF, e dá outras providências.”*

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado em 1ª discussão, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 25.186/2024.

PROJETO DE LEI Nº 25.186/2024

Cria o Fundo de Defesa dos Direitos Fundamentais do MPBA - FDDEF, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica criado o Fundo de Defesa dos Direitos Fundamentais do MPBA -FDDF, de natureza contábil-financeira, com a finalidade de custear ações e projetos voltados à proteção, promoção e reparação de direitos fundamentais, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Gestor.

Art. 2º - O Fundo de Defesa dos Direitos Fundamentais – FDDC, será administrado por um Conselho Gestor composto por 07 representantes, sendo:

I – 05 representantes do Ministério Público do Estado da Bahia designados pelo(a) Procurador(a) Geral de Justiça;

II - 02 representantes de entidades da sociedade civil relacionadas à defesa dos direitos fundamentais.

§ 1º - O Conselho Gestor será presidido por um membro do Ministério Público, escolhido pelos seus pares.

§ 2º - O critério de escolha dos representantes de entidades da sociedade civil será definido em ato normativo.

Art. 3º - Compete ao Fundo de Defesa dos Direitos Fundamentais do MPBA - FDDF:

I - Receber recursos provenientes de:

a) Multas, penalidades, indenizações e prestações pecuniárias decorrentes de condenações judiciais, ajustes em Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), Acordos de Não Persecução Cível (ANPCs), Acordos de Não Persecução Penal (ANPPs), Transações Penais (TPs) e quaisquer outros acordos relacionados a danos causados a direitos fundamentais;

b) Dotações orçamentárias específicas;

c) Doações, convênios, subvenções e outros auxílios financeiros de fontes públicas, privadas, nacionais e internacionais;

d) outros recursos externos.

II - Financiar ações, projetos e programas que visem à proteção, promoção, defesa e reparação de direitos fundamentais, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Gestor e alinhado aos valores institucionais.

III - Prestar contas de suas atividades, demonstrando a aplicação dos recursos e os resultados alcançados, na forma da legislação vigente.

Art. 4º - Podem ser beneficiários dos recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Fundamentais do MPBA - FDDF:

I - pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado prestadoras de serviço público, federal, estadual ou municipal;

II - entidades sem fins lucrativos, para a execução de projetos e atividades que visem o combate ao crime organizado, à proteção do patrimônio público, do meio ambiente e outros direitos fundamentais, bem como à reconstituição de bens lesados;

III - pessoas jurídicas de direito privado e pessoas físicas que atuem na prestação de serviços relacionados a estudos, perícia, laudos técnicos e avaliação de impactos de projetos submetidos ao licenciamento ambiental e à investigação nas demais áreas de atuação ministerial.

Art. 5º - Compete ao Conselho Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Fundamentais do MPBA - FDDF:

I - Garantir a inclusão dos recursos provenientes de qualquer fonte no orçamento do Fundo, antes de sua aplicação;

II - Analisar e aprovar projetos e entidades relacionadas à defesa dos direitos fundamentais que serão contemplados com recursos do fundo;

III - Elaborar e acompanhar o cronograma financeiro de receitas e despesas, assegurando a devida execução e o uso adequado das disponibilidades de caixa;

IV - Supervisionar a execução do cronograma físico-financeiro dos projetos ou atividades orçamentárias;

V - Zelar pela correta e eficiente utilização dos recursos do Fundo.

§ 1º - O Ministério Público da Bahia, em conformidade com a legislação vigente, estabelecerá normas, instruções complementares e planos específicos para a aplicação e utilização dos recursos do Fundo.

§ 2º - Os projetos aprovados para execução com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Fundamentais do MPBA – FDDF devem limitar sua atuação à área territorial do Estado da Bahia.

Art. 6º - A aplicação dos recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Fundamentais do MPBA - FDDF deverá observar critérios de transparência, eficiência, economicidade e efetividade.

Art. 7º - O Ministério Público do Estado da Bahia fica autorizado a celebrar convênios e parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando o fortalecimento e o cumprimento dos objetivos do Fundo de Defesa dos Direitos Fundamentais do MPBA - FDDF.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Lembrando aqui aos deputados que esse projeto do Ministério Público tem votação em dois turnos. Logo após esta votação, a gente volta e convoca outra sessão para votar esse projeto.

Seguindo, portanto, a Ordem do Dia, o próximo projeto. Vou reler aqui. (Lê) *“Projeto de Lei nº 25.201/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com instituições financeiras nacionais, com garantia da União, na forma que indica, e dá outras providências.’ (...) para a celebração de operações de crédito com instituições financeiras nacionais, no montante de até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), destinada à viabilização de investimentos previstos no Plano Plurianual e nos Orçamentos anuais do Estado na Área de Segurança Pública...”*

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para relatar o presente projeto, passo a palavra ao nobre deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Passo a relatar o parecer.

(Lê) *“PARECER*

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Direitos Humanos e Segurança Pública; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.201/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com instituições financeiras nacionais, com garantia da União, na forma que indica, e dá outras providências.’

Encaminha, o Sr. Governador do Estado, para apreciação pela Assembleia Legislativa, o projeto que ora venho relatar, o qual visa ‘obter a autorização legislativa necessária para a celebração de operações de crédito com instituições financeiras nacionais, no montante de até R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), destinada à viabilização de investimentos previstos no Plano Plurianual e nos Orçamentos anuais do Estado na Área de Segurança Pública, visando potencializar a eficiência na prestação dos serviços públicos, aumentando o nível de satisfação dos cidadãos, reiterando o compromisso do Governo do Estado na prestação de serviços eficazes e de qualidade à população baiana’, conforme registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem.

Trata-se, assim, de matéria de relevante interesse público e caráter de urgência, na medida em que a referida operação de crédito se destina à área da Segurança Pública do nosso Estado, que reclama a firme intervenção do Estado no combate à criminalidade.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, e ante a inexistência de óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2024.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito das comissões, o parecer que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 25.201/2024, de procedência do Poder Executivo.

O Sr. Samuel Junior: Presidente, o deputado Hilton quer encaminhar o voto.

O Sr. Robinho: Depois da votação! Depois da votação!

O Sr. Samuel Junior: O deputado Hilton pediu questão de ordem para fazer o encaminhamento do voto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ele vai encaminhar a votação. Para encaminhar, o deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, para acalmar o líder do Governo, o nosso voto vai ser a favor do projeto. Mas, veja bem, mais uma vez, não tem jeito, o governo nos coloca numa situação extremamente difícil para quem tem sensibilidade com um conjunto de pautas, como o problema da saúde. Nós já votamos aqui empréstimos relacionados à questão da saúde e agora é relacionado à segurança pública, uma situação dramática que nós vivemos no estado.

Nós tivemos aqui a apresentação de um plano de segurança pública, ou melhor, o anúncio, por parte do governo, com a presença do governador, que não chegou a detalhar para nós. Mas nós tivemos um encontro com o secretário Felipe Freitas para discutir mais detalhadamente os objetivos do governo e percebemos um sentido de compromisso muito grande por parte do secretário em relação a contribuir, do ponto de vista dos direitos humanos, para a mudança dos caminhos da segurança pública do estado da Bahia.

No entanto, quando a gente vê um projeto como esse que, ao contrário do que preconiza a própria Lei da Transparência... Eu não estou, deputado Rosemberg, falando de deputados, é a sociedade civil que pega esse projeto, deputado Marcelino, para dizer: “O nosso recurso vai ser aplicado nisso”. E não consegue, porque é de um generalismo que, para quem tem sensibilidade com as causas e, portanto, não quer dar as costas a essas causas, é uma situação extremamente difícil.

Eu volto a dizer que o voto do Psol vai ser um voto a favor do projeto, mas o governo precisa ter sensibilidade para aperfeiçoar a sua capacidade de afirmar posições na sociedade, a começar pela relação com o Parlamento. Eu acho que a própria Presidência da Casa, deputado Robinho, deveria ter uma posição mais firme em relação ao que são esses empréstimos e para onde é que vão, concretamente. É preciso que, pelo menos, os deputados saibam disso e não só o título genérico de causas nobres.

Eu não vou votar em projeto de empréstimo para negar recurso para a segurança pública, mas o governo do estado precisa fazer uma autocrítica profunda em relação à especificação da destinação desses recursos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Hilton Coelho.

Para encaminhar, Alan Sanches. Depois, o deputado Robinho, por favor. Alan Sanches para encaminhar a votação.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, veja bem, mais uma vez, eu acho que a gente fica sendo enfadonho depois do sexto empréstimo, digamos assim, com o mesmo *modus operandi* do governo do estado, o de não explicar, não explicitar. Apenas vem um empréstimo agora de R\$ 400 milhões, que já vai totalizar quase R\$ 3,8 bilhões de empréstimo, em 14 meses. Vai fazer 14 meses e já tem essa solicitação de quase R\$ 4 bilhões.

E, se nós pudermos perceber, o que eu acho que está acontecendo com o governo do estado? Ele vem aproveitando a aproximação com o governo federal para colocar a União como sua avalista, já que tem essa proximidade. Mas o que eu gostaria, muito mais do que ele conseguisse a liberação e a aprovação desses empréstimos com o aval da União, era que ele pudesse realmente arregaçar as mangas e trabalhar, como a gente já falou aqui do VLT e dos hospitais daqui que estão precisando de uma atenção muito mais especial.

Mas, infelizmente, o governo do estado, no seu sexto empréstimo, na sexta solicitação de empréstimo, totalizando R\$ 3,8 bilhões, ele vem da mesma forma, escreve nove linhas para justificar a liberação e a autorização desse empréstimo.

Mais uma vez, a Oposição não pode concordar. Não é nem com a tomada do empréstimo, é com a forma repetida do governo do estado de não, digamos assim, respeitar o direito desta Casa, entendeu? Esta Casa vota dizendo “amém”; esta Casa não vota entendendo esse projeto. Então, dessa forma, o encaminhamento é que a gente vote contra a tomada e a autorização desse empréstimo, do sexto empréstimo do governo Jerônimo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, líder Alan Sanches.

Eu esclareço aos Srs. Deputados que nós já passamos da fase de discussão, estamos na fase de votação. O que cabe agora nas falas é, exatamente, orientar a votação, se é a favor, se é contra etc.

Com a palavra o nobre deputado Robinho, que havia solicitado a inscrição anteriormente.

O Sr. Robinho: Presidente, eu vou encaminhar o meu voto, tendo em vista que o líder já encaminhou o voto da Oposição. Vou liberar a Bancada do União Brasil para votar como deseja, tendo em vista que parece que há alguns do partido que têm intenção de votar favoravelmente.

Agora, justificando meu voto, eu quero dizer que o governo da Bahia... Eu faço parte da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, está aqui o nosso presidente da comissão, onde o nosso secretário da Fazenda, Manoel Vitório, por diversas vezes, inclusive amanhã... cancelou? Mas o Manoel Vitório, por diversas vezes, vem falando da situação financeira do estado da Bahia, dizendo da excelente situação financeira do estado.

Então não justifica um estado, com a situação financeira que tem, estar indo para o sexto empréstimo. O governo da Bahia é o recordista de empréstimos, são R\$ 4 bilhões. Eu posso enumerar aqui: o PL nº 25.023/2023; o PL nº 25.024/2023; o PL nº 25.025/2023; o PL nº 25.027/2023 e o PL nº 25.092/2023.

E, por incrível que pareça, já estou ouvindo nos corredores da Assembleia que virá agora um empréstimo de bilhões. Bilhões! Eu estou dizendo R\$ 1,2 bilhão. Então já está antecipando aqui R\$ 1,2 bilhão, Rosenberg.

Então o governo...

O Sr. Rosenberg Pinto (fora do microfone): Eu? Eu?

O Sr. Robinho: Você falou aqui, Rosenberg, você falou aqui.

Então eu quero encaminhar meu voto contrário, pelo diagnóstico do secretário da Fazenda, ao dizer que a Bahia tem um equilíbrio financeiro. E, historicamente, nós estamos indo, não é para o sexto não, é para o sétimo empréstimo. Com a somatória que o nosso líder do Governo falou aqui, vai para R\$ 5,2 bilhões em empréstimos do governo da Bahia.

E eu quero dizer para o meu colega Hilton aqui... Hilton, eu quero dizer, amigo, que quando você é contrário ao empréstimo, esses empréstimos, sabe para onde vão? Para a conta 001. E lá o governo faz do jeito que quer. Então, quando você vota favoravelmente aqui, você não está votando a favor da segurança pública da Bahia, que está caótica e precisa, sim, de muita atenção.

Esse é meu voto, presidente. Obrigado pela atenção.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Robinho.

Vamos entrar em votação...

O Sr. Leandro de Jesus: Presidente, quero deixar registrado aqui o meu voto contrário ao empréstimo. Embora a segurança pública seja de extrema relevância, o que nós estamos vendo em relação a esses vários empréstimos é que não se sabe para onde vai o dinheiro, não é? Então, neste caso, em razão disso, estou encaminhando o meu voto contrário a mais este empréstimo absurdo...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado...

O Sr. Leandro de Jesus: (...) que o PT impõe a esta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.

O Sr. Dr. Diego Castro: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para encaminhar a votação?

O Sr. Dr. Diego Castro: Presidente, para registrar o meu voto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Orientar a votação.

O Sr. Dr. Diego Castro: Para orientar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Dr. Diego Castro: Meu voto é contrário a esse empréstimo, que fique claro, porque, primeiro, o projeto é genérico, não...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tudo bem...

O Sr. Dr. Diego Castro: (...) diz claramente para onde vão esses recursos, embora a desculpa seja a segurança.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

O Sr. Dr. Diego Castro: Segundo ponto, presidente, existe uma sobra orçamentária no estado de R\$ 7 bilhões. Então pedir mais R\$ 400 milhões para endividar o contribuinte baiano, o pobre...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado...

O Sr. Dr. Diego Castro: (...) que vai pagar isso, no final das contas...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado...

O Sr. Dr. Diego Castro: (...) é sem-vergonheza. Não tem cabimento!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

O Sr. Dr. Diego Castro: Vamos para R\$ 4 bilhões em empréstimos e quem vai pagar isso são os baianos, fica aqui o registro. E o Psol, que diz fazer oposição de verdade, está aí, se associando ao PT e votando junto com o PT. Quando eu digo que o Psol é o PT pintado de rosa ninguém acredita.

O Sr. Sandro Régis: Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Sandro Régis: Quero registrar o meu voto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Só lembrando...

O Sr. Sandro Régis: Meu voto é contrário ao empréstimo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Sandro Régis: Hoje, quando a tributação do estado sobe de 7% para 21%, esta Casa presenteia os baianos, mais uma vez, endividando mais o estado da Bahia, com mais um empréstimo. Só está faltando agora o governo do estado pedir dinheiro aos ciganos, porque a banco e a instituição financeira não tem mais onde pedir. Então também sugiro a V. Ex.^a que tem muito cigano na Bahia com muito dinheiro e vocês também devem procurar os ciganos para pedir dinheiro emprestado.

Votarei contra mais essa vergonha que esta Casa faz a Bahia passar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Colegas deputados e deputadas, em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 25.201/2024.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado pela maioria, com os votos contrários dos seguintes deputados: Alan Sanches, Luciano Simões Filho, Sandro Régis, Samuel Junior, Pancadinha, Kátia Oliveira, Dr. Diego Castro. Enfim, por favor, que sejam registrados na ata os deputados necessários.

Aprovado **em discussão única o Projeto de Lei nº 25.201/2024**, que autoriza o Poder Executivo a tomar empréstimo.

PROJETO DE LEI Nº 25.201/2024

Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com instituições financeiras nacionais, com garantia da União, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto a instituições financeiras nacionais, com a garantia da União, até o valor de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo destinam-se à viabilização de investimentos previstos no Plano Plurianual e nos Orçamentos anuais do Estado na Área de Segurança Pública.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo *pro solvendo*, as receitas a que se referem o art. 157, a alínea “a” do inciso I e o inciso II do art. 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 32 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o art. 1º desta Lei.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Neste momento, convoco uma sessão extraordinária para aprovar, em segundo turno, o projeto de lei do Ministério Público.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Angelo Coronel Filho, Cláudia Oliveira, Euclides Fernandes, Felipe Duarte, Maria del Carmen, Roberto Carlos e Zó. (08)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.